

# MUSEU DAS REMOÇÕES DA VILA AUTÓDROMO:

MEMÓRIA COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DA  
LUTA PELO DIREITO À MORADIA

**DIANA BOGADO**, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL,  
BRASIL

Arquiteta e urbanista, doutora em arquitetura pela Universidade de Sevilha.

Pesquisadora de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e pesquisadora do Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Criadora e cogestora do Museu das Remoções.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5847-1073>

E-mail: [dibogado@yahoo.com.br](mailto:dibogado@yahoo.com.br)

**DOI**

<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v19i37p179-206>

**RECEBIDO**

26/04/2024

**APROVADO**

23/07/2024

## **MUSEU DAS REMOÇÕES DA VILA AUTÓDROMO: MEMÓRIA COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA**

DIANA BOGADO

### **RESUMO**

Às vésperas dos megaeventos esportivos internacionais realizados no Brasil, Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos da XXXI Olimpíada de 2016, o Rio de Janeiro passou por intensa reformulação territorial com caráter gentrificador e significativo impacto às comunidades carentes. Neste contexto, a comunidade Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade, merece destaque por haver resistido à ofensiva política de remoção levada a cabo pela prefeitura municipal. Por meio de intensa mobilização social, a comunidade conquistou o direito de permanecer na área e construiu um museu social, o Museu das Remoções, que conta sua história e denuncia a violenta política de remoções perpetrada pela prefeitura durante a preparação da cidade Olímpica.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Direito à moradia. Museus comunitários. Renovação urbana.

# **VILA AUTÓDROMO REMOVALS MUSEUM: COMMUNITY MEMORY AS A TOOL IN THE FIGHT FOR THE RIGHT TO HOUSING**

DIANA BOGADO

## **ABSTRACT**

On the eve of mega international sporting events, the 2014 World Cup and the 2016 Olympics, Rio de Janeiro underwent an intense territorial reformulation with a gentrifying character and a significant impact on needy communities. In this context, the Vila Autódromo community, located in Barra da Tijuca, West zone of the city, deserves to be highlighted for having resisted the political offensive of eviction carried out by the city hall. Through intense social mobilization, the community won the right to remain in the area and built a social museum, the Evictions Museum, which tells its story and denounces the violent eviction policy perpetrated by the city council during the preparation of the Olympic city.

## **KEYWORDS**

Housing as a right. Community museums. Urban renewal.

## 1 INTRODUÇÃO

A Vila Autódromo é uma comunidade periférica situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Por muitos anos essa comunidade enfrentou a ameaça de remoção, assim como as comunidades adjacentes à Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste que possui grande potencial imobiliário. Em 2016, a comunidade Vila Autódromo foi quase integralmente removida pela prefeitura municipal, evidenciando a intensificação da pressão imobiliária na região em função dos megaeventos esportivos.

A resistência da Vila Autódromo levou à conquista do direito de permanecer em seu território, a despeito da tentativa da prefeitura municipal de remoção completa da comunidade, em 2016. Por meio de um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera, coordenado pela professora Diana Bogado, autora desse artigo, a comunidade criou o Museu das Remoções, um museu social de cunho sociocultural e político que conta a história da comunidade e denuncia a violência da política de remoções.

Este artigo tem como objetivo relatar a criação desse museu social no contexto de remoção da Vila Autódromo e ilustrar seu cotidiano mais recente, incluindo as transformações estratégicas incorporadas às suas atividades no âmbito da pandemia de covid-19.

## 2 O RIO DE JANEIRO NEOLIBERAL

A preparação do Rio de Janeiro para os jogos olímpicos de 2016 contextualiza-se no modelo de gestão neoliberal assinalada pelas reformulações territoriais ágeis, constituídas no bojo dos processos globais de transformação radical dos lugares (Santos, 2013). No Rio, a intervenção liberal materializou-se com a Reforma de Pereira Passos no início do século XX, período fortemente liberal marcado pelo recuo do estado no processo de produção socioespacial, seguido de um período fordista de retomada do controle estatal na produção urbana (Fernandes, 2008). As intervenções urbanas ocorridas na cidade desde o referido período tinham por objetivo beneficiar investidores industriais e imobiliários com a justificativa da necessidade de higiene e saúde, sustentada pelos estigmas construídos para menosprezar a favela como zona residencial, e apresentá-la como um “problema” urbano (Chalhoub, 2001).

Em 1902, com a posse de Rodrigues Alves como presidente do Brasil, o engenheiro Pereira Passos foi nomeado prefeito do então Distrito Federal e recebeu a incumbência de sanear o porto e embelezar a cidade. A partir daí, inúmeras obras foram realizadas, prolongamento de ruas, construção do novo porto, despejo de famílias moradoras dos cortiços do centro do Rio de Janeiro. O objetivo era a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, cuja construção cortou o tecido urbano da cidade, transformando consideravelmente o centro. Dentre as consequências das obras de embelezamento da capital estava a valorização imobiliária e a demolição de 1.700 edificações, desalojando aproximadamente 20 mil pessoas (Chalhoub, 2001).

Alguns autores consideram que a Reforma Passos carrega a “gênese da favela” por determinar até os dias atuais a estrutura da habitação social do Rio de Janeiro, marcada pelo inchaço dos morros da cidade, como sustenta Maurício de Abreu (1997, *apud* Bogado, 2017 p. 179). Esta reforma não só não resolveu a questão da moradia precária como agravou o problema, por acen-tuar consideravelmente a pobreza urbana: foi o primeiro remanejamento de massas de população pobre para locais ainda mais periféricos e insalubres, imputando a esta população condições de vida ainda mais precárias.

De lá aos dias atuais não se observa mudança significativa nos mecanismos de intervenção urbanística e ordenamento do solo. O planejamento urbano permanece priorizando o embelezamento e a valorização

imobiliária em detrimento da construção de um território democrático, diverso e acessível. Embora a condução deste planejamento tenha sofrido pequenas alterações ao longo dos anos, estes são apenas ajustes aos interesses dos poderes do mercado, de acordo com a hegemonia do capital da vez. Se antes a indústria determinava os moldes da expansão territorial, hoje o capital imobiliário e financeiro global conduz os investimentos e a organização do solo.

A primeira gestão a afinar o planejamento urbano do Rio de Janeiro ao ideário do capital financeiro global foi a do prefeito César Maia (1993-1996), caracterizada pela participação da iniciativa privada no ordenamento territorial. O chamado “empreendedorismo urbano”<sup>1</sup> de Maia foi o primeiro experimento de implantação da gestão neoliberal na América Latina, a partir da reprodução do modelo utilizado nos Estados Unidos e em Barcelona. O objetivo central deste modelo é a realização de práticas urbanísticas que consolidam os interesses privados e acentuam a exclusão socioterritorial, características inerentes ao neoliberalismo (Consentino, 2015, p.17). César Maia pretendia promover a cidade internacionalmente, ressaltando suas qualidades e invisibilizando seus defeitos.

O planejamento estratégico oferece a cidade como mercadoria, utiliza o *marketing* e diversos artifícios para camuflar a pobreza como, por exemplo, a substituição da palavra ‘favela’ no Google por ‘comunidade’; propaga a construção de muros em favelas; realiza projetos de revitalização para elitização de bairros, entre outros artifícios (Consentino, 2015, p. 81). A gestão Maia inicia a prática da urbanização de favelas com o Programa Favela Bairro, em 1993. Apesar dos avanços obtidos com as reformas urbanas, a inexistência de um aparato jurídico adequado que complementasse a política de urbanização de favelas apresentava-se como fator limitante da

1 O neoliberalismo surge como padrão de direcionamento do pensamento político-econômico entre as décadas de 1970-1980 (Harvey, 2005) e substitui os ideais estabelecidos nas três décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas (Consentino, 2015, p. 63).

integração efetiva das favelas à cidade<sup>2</sup> (Gonçalves, 2012).

Em seus três mandatos César Maia deu continuidade à implantação do planejamento estratégico. Seu sucessor, Eduardo Paes, eleito em 2008, conservou a mesma linha: foco na transformação da cidade em mercadoria – obtendo êxito na implantação da política de remoções de favelas para valorização de diversos bairros e grande visibilidade nesta empreitada, que se alinhava à vitória do Rio de Janeiro, em 2009, para sediar as Olimpíadas 2016. A estratégia para implantar o processo de “neoliberalização” no território foi o estabelecimento de Parcerias Público Privadas (PPP), que consolidam a lógica empresarial no ordenamento do solo. As PPP, por sua vez, viabilizam a privatização dos serviços públicos e a flexibilização das leis urbanísticas<sup>3</sup>, como ocorreu na construção e gestão do Parque Olímpico e do Porto Maravilha (Bogado, 2017, p. 207).

Os governos de Paes são marcados pela quantidade exorbitante de remoções de favelas: foi o prefeito que mais desalojou pessoas em números

<sup>2</sup> A lógica da exploração que acentua a desigualdade é evidente no território urbano segregado da cidade do Rio de Janeiro, onde as favelas abrigam 22% da população, correspondendo a 1.702.073 habitantes, segundo o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública (disponível em: <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/favelas-cariocas>). Desde a fundação da cidade, as políticas estatais têm sido responsáveis pelo surgimento e perpetuação das favelas, ideia entendida por diversos especialistas, como Maurício de Abreu (2008), Rafael Soares Gonçalves (2013), Alexandre Magalhães (2013) e Mauro Amoroso (2006; 2009). Cabe ressaltar que, historicamente, a separação entre cidade formal e cidade informal é frequentemente feita por órgãos governamentais, urbanistas, pesquisadores e instituições ligadas ao planejamento urbano. Essa distinção é baseada em critérios como regularidade da ocupação do solo, infraestrutura disponível, padrões de construção, acesso a serviços públicos e legalidade das moradias (Pestana, 2022). Apesar da existência de aspectos negativos e reducionistas na manutenção interpretativa da separação entre o que é considerado cidade formal e cidade informal, existe um lado de resistência na reafirmação dessa diferença, que se torna ainda mais forte no uso do termo “favela”. Ao reafirmar a diferença, reitera-se o tratamento diferenciado do Estado nestes territórios, apontando a ausência de assistência e a violência institucional. Além disso, a utilização do termo “favela” tem uma carga histórica e cultural significativa, representando não apenas um espaço físico, mas também uma identidade coletiva e uma história de luta e resistência dos seus moradores. Utilizar o termo “favela” para descrever essas comunidades é uma forma de reconhecer e valorizar a sua história, cultura e identidade, em oposição a tentativas de estigmatização ou invisibilização desses espaços urbanos. Portanto, o uso do termo “favela” pode ser interpretado como um ato de resistência cultural e política contra a marginalização e a discriminação enfrentadas por essas comunidades (Pestana, 2022).

<sup>3</sup> Consentino (2015, p. 81)

absolutos na história do Rio de Janeiro, desde o início do século XX. Sua política remocionista foi complementada pelo Programa Federal de Habitação Minha Casa Minha Vida, (MCMV)<sup>4</sup>, cuja proposta inicial era reduzir o déficit habitacional com a construção de moradias populares, mas com o passar do tempo, o programa foi usado para justificar as remoções, ao conduzir os moradores despejados para condomínios populares, localizados em bairros distantes e sem infraestrutura urbana adequada. O reassentamento era justificado com argumentos relacionados à segurança e, desta forma, o programa MCMV contribuiu para aumentar o déficit habitacional, embora seja divulgado que contribuiu para redução deste déficit (Rolnik, 2016; Azevedo, Faulhaber, 2015).

O mapa da exclusão é um esquema gráfico realizado pelo arquiteto Lucas Faulhaber que demonstra como as gestões do prefeito Eduardo Paes executaram reformulações socioterritoriais, que culminaram na expulsão de famílias de classe baixa de zonas valorizadas — como área central e Zona Sul — para reassentá-las em zonas periféricas, principalmente na Zona Oeste, em condomínios do MCMV (Azevedo, Faulhaber, 2015).

Como justificativa para a remoção, Paes argumenta que a população pobre que morava nas favelas da Zona Oeste eram pessoas que estavam sendo “utilizadas” por grandes proprietários de terra ou grileiros — os reais ocupantes da terra —, que estariam se beneficiando do problema social para enriquecerem ainda mais. Esta falsa narrativa não considerava o histórico de crescimento da Barra da Tijuca, associada à chegada de trabalhadores da construção civil no local. A versão de Paes, apesar de mentirosa, ganhou apoio da classe média, deixando-o cada vez mais popular para posteriores reeleições (Consentino, 2015). As gestões de Paes, portanto,

<sup>4</sup> Programa lançado em 2009, inicialmente como resposta do governo federal aos efeitos locais da crise econômica federal, cujo objetivo era construir 1 milhão de novas moradias — embora esta meta nunca tenha sido alcançada, (ver Cardoso et al, 2010). Em entrevista concedida aos pesquisadores Adauto Lucio Cardoso, Irene de Queiroz e Mello e Samuel Thomas Jaenisch, do Observatório das Metrópoles, a gerente de trabalho social do referido programa na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) afirmou que entre 2009 e 2012 foram inaugurados 49 conjuntos habitacionais, sendo que 36 deles foram utilizados para reassentamentos. Corrobora a definição dos autores: “esses dados indicam que a prefeitura do Rio de Janeiro tem usado massivamente o PMCMV para o deslocamento de famílias removidas de forma involuntária de seus locais originais de moradia”.

ficaram marcadas pela política de remoção de favelas, por reformulações territoriais gentrificadoras, pela violação de inúmeros direitos, do direito à informação, do direito à moradia e dos direitos humanos, também pelo uso constante da violência policial nos processos de despejo e remoções. Magalhães (2013) entende que as remoções de favelas levadas a cabo na gestão de Paes, apresentam-se como uma releitura das remoções ocorridas no período da ditadura militar, pelas semelhanças nas características e na intensidade.

## 2.1 Os megaeventos no Rio de Janeiro

O período que antecede os megaeventos, desde a escolha do Rio de Janeiro para sediar a Olimpíada, em 2009, até sua realização, em 2016, marca uma fase de transformação da imagem da cidade até então assinalada pelo estigma da violência. O evento pretende introduzir uma imagem de cidade promissora para investimentos internacionais (Bogado, 2017, p.210). As modificações territoriais realizadas para a construção da cidade olímpica estão alinhadas, no entendimento de Harvey (2011), ao método de gestão urbana empreendedora, cuja fase preparatória dos jogos consiste em procedimentos de intensa transformação material e simbólica, financiados pelos governos federal, estadual e municipal. As obras realizadas para as Olimpíadas no Rio de Janeiro não trouxeram alteração estrutural no modelo viário urbano, que continuou sendo rodoviarista, com poucos acréscimos no transporte como um todo. Embora tenha ganhado o Veículo Leve sobre Trilho, ou VLT, e incrementado sua ciclovia, o investimento concentrou-se nas zonas que já possuíam infraestrutura, a eficiência do transporte para as periferias permaneceu inalterado ou piorou, com aumento do tempo de percurso, redução do trajeto de determinadas linhas e/ou supressão de linhas com trajetos mais longos.

Os anos que antecederam os megaeventos foram marcados pela exceção, pela violência policial contra as favelas, pela política de remoção de favelas, e conseqüentemente, pela resistência da periferia contra a violência perpetrada pelo Estado. Estima-se que aproximadamente 70 mil pessoas tenham sido removidas na cidade para os jogos esportivos, com a finalidade

de abertura de espaço ao capital imobiliário<sup>5</sup>, estratégia alinhada às premissas de uma gestão urbana neoliberal (Harvey, 2011). Além disso, o Comitê Olímpico Internacional buscou escamotear que a Olimpíada despendeu um gasto descomedido para a sua realização e difundiu a ideia de legado olímpico. As transformações consolidadas na cidade eram pretensões esboçadas na década de 1990, apontadas no acordo de cooperação internacional. A Declaração Rio-Barcelona 1992 assinalava o começo da implantação do planejamento estratégico, cuja gestão associava-se ao *marketing* acerca da imagem de metrópole moderna global.

O Rio de Janeiro candidatou-se às Olimpíadas de 2004 sob a gestão municipal de César Maia, anunciada como uma iniciativa segura e próspera. No entanto, apenas uma década depois ocorreu o alinhamento de governos necessário para a execução dos eventos e projetos desejados, como o Porto Maravilha e o Parque Olímpico (Mascarenhas, 2016, p. 52). O planejamento estratégico adotado, continuado pelo prefeito seguinte, Eduardo Paes, acentuou as características da cidade neoliberal, mantendo o espaço de decisão restrito às esferas do planejamento, ou seja, sem participação efetiva da população, caracterizando um processo de administração pública autoritário, elitista, excludente e antidemocrático (Bogado, 2017, p. 212). Mascarenhas (2016) destaca que essas reformulações urbanas foram executadas para atender a interesses empresariais, caracterizadas pela ausência de diálogo com a população diretamente e indiretamente afetada. As iniciativas de promoção imobiliária, tanto nas áreas centrais quanto na Zona Oeste, ignoravam completamente as reais necessidades da periferia, enquanto o *marketing* promovia uma visão positiva de legado e celebração. O professor define que o conjunto de transformações neoliberais colocado em prática representa a concretização de um “urbanismo mercadófilo” e ressalta que a falta de diálogo por parte do governo na realização dos megaeventos causou a rearticulação da dimensão cidadã: de forma que a população excluída das decisões se mobilizou para criação do Comitê

5 Em entrevista ao arquiteto Lucas Faulhaber e à jornalista Lena Azevedo: “Olimpíadas servem para legitimar as remoções”. *Brasil de Fato*, 2016. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/180406/%E2%80%99COLimp%C3%ADadas-servem-para-legitimar-as-remo%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D.htm>. Acesso em: abr. 2017.

Social do Pan, de 2005 a 2009, e do Comitê Popular Copa e Olimpíadas, de 2009 a 2016 (Mascarenhas, 2016, p. 53). Estas articulações estimularam outras resistências sociais.

## 2.2 A resistência da Vila Autódromo

A expansão urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro ganhou força a partir da década de 1970 com o plano de expansão da cidade para oeste, também conhecido como Plano Lúcio Costa. O plano visava o desenvolvimento da Barra da Tijuca e áreas adjacentes com objetivo de atrair um perfil socioeconômico elevado. O plano possibilitou a valorização da área e atraiu o público desejado para residir em inúmeros condomínios de edifícios de alto padrão, o que resultou em impacto significativo na configuração urbana da região e na dinâmica imobiliária da cidade.

A Barra da Tijuca, planejada para atender a um perfil de moradores com alto poder aquisitivo, foi ocupada num primeiro momento, contraditoriamente, por indivíduos que atuaram na construção civil do próprio bairro, e se estabeleceram informalmente na região durante sua execução, permanecendo lá.

Consequentemente, comunidades carentes começaram a se desenvolver no local e foram se adensando com a chegada de trabalhadores vinculados aos serviços locais, consolidando um perfil socioeconômico que contrastava com o público originalmente esperado para ocupar o bairro planejado. A presença de população de baixa renda nas periferias do bairro convivia com a classe alta dos condomínios de alto padrão, e a pressão por parte da elite para remoção dessas comunidades passou a ser uma constante.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 ocorreu no bairro mais um *boom* de valorização do solo, impulsionado por investimentos em infraestrutura, aumentando a pressão para remoção das comunidades carentes existentes no bairro e adjacências. A Vila Autódromo, situada no final da Barra da Tijuca — local antes reconhecido como Jacarepaguá — sofreu pressão com rumores de remoção desde os anos 1990, mas somente a partir de 2014 começou a ser efetivamente removida, em consequência de interesses relacionados à Copa do Mundo realizada no mesmo ano.

A remoção das casas da comunidade perdurou todo o ano de 2014 e continuou de forma ainda mais acelerada e violenta em 2015, devido à

aproximação das Olimpíadas de 2016<sup>6</sup> (Bogado, 2017, p. 42). A comunidade se mobilizou gradativamente e realizou várias manifestações e eventos com a finalidade de dar visibilidade à violência da ação da prefeitura no processo de remoção e de manter viva a memória e a história locais.

Nesse contexto nasce o Museu das Remoções, um museu social fruto da luta popular frente à política de remoção de favelas levada a cabo pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro nas duas gestões consecutivas do prefeito Eduardo Paes (2009-2012; 2012-2016). A construção coletiva do museu foi uma das estratégias de resistência da comunidade que se propôs a reunir fragmentos da memória comunitária e construir uma narrativa oposta à narrativa hegemônica global sobre as Olimpíadas. Ressalta-se que no período em questão a coerção, o uso da força, a truculência, a mentira e a violência eram constantes para a realização das remoções de casas nas comunidades, cujo objetivo consistia no atendimento exclusivo dos interesses imobiliários<sup>7</sup>.

A ofensiva para remoção das favelas da Zona Oeste era crescente e a articulação popular se forjava em resposta também de grande proporção. Formou-se um tecido social de resistência às remoções, com destaque para a Vila Autódromo, que contou com apoio da sociedade civil, da defensoria Pública, do Comitê Popular Copa e Olimpíada, de movimentos sociais de luta pela moradia digna, de universidades, de mídias alternativas, de coletivos e instituições nacionais e internacionais, entre outros (Bogado, 2017).

A rede de resistência incorporou uma variedade de estratégias para apoiar a comunidade, incluindo barricadas, festivais artísticos, cortejos musicais, ações culturais e intervenções territoriais. Esta última estratégia foi realizada no âmbito de um projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera, coordenado pela professora Diana

6 A prefeitura anuncia a relação das 119 favelas que seriam removidas na cidade sob a justificativa de riscos ambientais que nunca chegaram a ter comprovação técnica, dentre as quais estava a Vila Autódromo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Publicada em 7/01/2010, atualizado em 1/11/2011. Acesso em: 7 out. 2016.

7 Constatação em pesquisa de campo da autora, na metodologia pesquisa-ação, durante a remoção da comunidade em 2015/2016 para a tese de Doutorado *Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos* defendida na Universidade de Sevilha em 2017..

Bogado, autora deste artigo, que será retomado mais adiante. Tais intervenções envolveram a participação ativa da comunidade na concepção e re-construção de espaços públicos que estavam sendo destruídos e aniquilados pela prefeitura (Bogado, 2017).

No âmbito desse projeto de extensão, nasce o Museu das Remoções: um museu posicionado politicamente pelo direito à moradia digna, tendo como base a museologia social e o resgate da memória comunitária, em oposição à versão oficial reprodutora da falácia do legado olímpico.

### 3 O MUSEU DAS REMOÇÕES

O surgimento do Museu das Remoções contextualiza-se, como visto, na construção do Rio de Janeiro neoliberal, no período marcado pela “gestão empreendedora” do prefeito Eduardo Paes. O foco deste modelo de administração pública consiste em viabilizar os interesses do mercado imobiliário e financeiro global no solo urbano, conforme mencionado (Aguilera; Naredo, 2009). O viés mercadológico dessa gestão resume o território a um “ativo financeiro” e desconsidera as políticas de inclusão social cujo resultado é a violação do direito à cidade, o qual inclui diversos direitos, como o de moradia e o de informação (Rolnik, 2016).

Harvey (2011) acrescenta que nesse contexto os megaeventos emergem como catalisadores das alterações urbanas, cujos resultados são sentidos de forma mais acentuada pelas famílias ocupantes das áreas periféricas. Às vésperas das Olimpíadas, milhares de famílias perderam suas casas de forma violenta no Rio de Janeiro, demonstrando que a construção da cidade olímpica não se dissocia das remoções das favelas cariocas. Foi o caso das famílias moradoras da comunidade Vila Autódromo, que se localizava ao lado do terreno onde estava prevista a construção do Parque Olímpico na ocasião, na Barra da Tijuca. Conforme divulgado pelo prefeito, a Vila Autódromo estava na lista das favelas a serem removidas. Sofreu violento processo de remoção, assim como outras comunidades. O fato dos moradores da Vila Autódromo possuírem títulos de propriedade concedidos pelo governo do estado não foi suficiente para o impedimento da sua remoção (Azevedo; Faulhaber, 2016).

Na ocasião, os residentes se organizaram pelo direito de permanecer. A sociedade civil aproximou-se cada vez mais da luta, que foi abraçada por

pesquisadores, estudantes, artistas, vizinhos e amigos da comunidade, a fim de impedir os despejos forçados das famílias, que eram executados de forma truculenta a partir de 2014 até 2016, quando a Vila Autódromo conseguiu cessar a remoção e permanecer. Dentre as inúmeras formas criativas de resistir, a comunidade criou um museu, o Museu das Remoções, que nasce no âmbito do projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera, coordenado pela professora Diana Bogado. Um projeto contrário à construção da cidade neoliberal.

O diferencial desse projeto de extensão, em relação aos demais projetos desenvolvidos na/com a comunidade, é a proposta de construção conjunta, a partir de demandas da própria comunidade. Além disso, foi o único projeto, no contexto de luta da Vila Autódromo, que realizou intervenções territoriais (Figura 1). No âmbito deste projeto executou-se a reconstrução dos espaços públicos da Vila Autódromo: enquanto a prefeitura destruía a comunidade, moradores, apoiadores e alunos, reunidos por meio das atividades de docência e extensão, faziam mutirão de requalificação e reconstrução dos espaços destruídos. O fazer “com” e não o “fazer para”, assim como a atuação direta na execução/reforma das estruturas do lugar — em momento no qual o território estava sendo massivamente destruído pela prefeitura — fez grande diferença na resistência e empoderamento da comunidade.

FIGURA 1

Requalificação  
do Parquinho.  
Fotografia: Luiza de  
Andrade, 2016.



A primeira intervenção urbanística realizada na comunidade Vila Autódromo, no âmbito do projeto de extensão, foi a requalificação do parquinho (Figura 2), então o único espaço público não submerso por escombros. Após a requalificação, o parquinho transformou-se em um símbolo de resistência, acolhendo eventos significativos, como a conversa com o geógrafo David Harvey, a apresentação do livro *A guerra dos lugares*, pela professora Raquel Rolnik, e a apresentação do plano popular de urbanização elaborado pela Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, tornou-se um ícone que incentivou a requalificação de outros espaços na comunidade, inspirando intervenções subsequentes.

FIGURA 2  
Parquinho  
requalificado: depois  
e antes. Fotografia:  
Diana Bogado, 2016.



Também por meio do projeto de extensão requalificou-se um espaço para a realização do Festival Ocupa Vila Autódromo<sup>8</sup> (Figura 3) e outras festas. Todos os espaços construídos foram destruídos pela prefeitura, deixando a Vila Autódromo desfigurada, descaracterizada, submersa em escombros, como um cenário de guerra.

FIGURA 3

Mutirão de construção do novo espaço para o Festival Ocupa Vila Autódromo. Fotografia: Diana Bogado, 2016.



Foram destruídas edificações simbólicas, como casas de moradores, comércio, espaços públicos, a Associação de Moradores, o parquinho, o Espaço Ocupa. A comunidade foi mutilada. Moradores e frequentadores perdiam-se pelas ruas descaracterizadas, subtraídas de suas referências espaciais devido à eliminação das edificações, num extermínio generalizado. Muitos moradores deixaram a comunidade, cedendo à violência e à pressão psicológica do Estado, às seduções das altas indenizações ou foram removidos arbitrariamente<sup>9</sup>.

Foi então que moradores e apoiadores da comunidade se reuniram e constataram a necessidade de reconectar a identidade e a memória da

8 Espaço onde ocorria periodicamente o Ocupa Vila Autódromo, um festival de música e teatro organizado pela comunidade e seus apoiadores

9 “No local restavam escombros, saudade. Eco dos gritos e prantos de tristeza ressoavam na atmosfera, som mesclado ao pó da alvenaria destruída. Notava-se a revolta arraigada na aspereza dos tijolos destrocados, palavras de luta grafitadas cacoc espalhavam-se no chão, sentia-se o mormaço saturado de dor, mas alguns corpos com almas estraçalhadas transitavam incredivelmente e seguiam trabalhando para viver, com arte, cansaço e afeto, insistindo em existir nos destroços e seguir sendo Vila Autódromo” (Bogado, 2017).

Vila Autódromo ao território. O museólogo Thainã de Medeiros sugeriu a construção de um museu social e decidiu-se criar um museu de território concebido e construído por todos (Bogado, 2017).

A museologia social criou as bases desse museu. Em divergência com a museologia tradicional conservadora, que prevaleceu do século XIX ao início do XX, a conhecida também como “nova museologia” proporciona uma abordagem libertária que tem como alicerce a autonomia dos sujeitos e a insubordinação (Chagas; Gouveia, 2014, p.15). Essa teoria entende que o museu legítimo deve ser erguido “com” a comunidade, em contraposição aos museus construídos “para” a comunidade”, e aposta na elaboração coletiva e nos processos participativos para desencadear mudanças sociopolíticas.

A museóloga Valdiza Russio foi a primeira a apresentar essa proposta de museu, em 1984. Segundo Russio, essas iniciativas são revolucionárias devido à sua capacidade de potencializar o “eu”, a espontaneidade e as práticas locais. Dessa forma, elas representam uma poderosa ameaça à standardização promovida pelo *status quo* e por alguns administradores públicos, acadêmicos e diretores vinculados aos setores culturais (Chagas; Gouveia, 2014).

Nesse aspecto, a prática da museologia social que fundamenta a criação do Museu das Remoções contraria as teorias e práticas pedagógicas fundamentadas em obediência e apresenta-se como ferramenta de enfrentamento à ordem, ao controle e ao contexto político neoliberal (Chagas; Gouveia, 2014, p.18). Nas palavras de Hugo de Varine, a teoria da educação como prática da liberdade é capaz de transformar o “ser-objeto da sociedade de consumo” em “ser-sujeito”<sup>10</sup> (Varine-bohan, 1979, p.17).

No âmbito do projeto de extensão, a criação do Museu seguiu uma metodologia baseada na oralidade. A partir da narrativa dos moradores chegou-se à execução coletiva de estruturas físicas no território, capazes de reconectar a memória e a história ao território da comunidade.

A ideia de desenhar um projeto de extensão que planeja suas propostas de ação no decorrer de sua implantação no território fundamenta-se na premissa da necessidade de reconstrução do modelo de educação atual.

<sup>10</sup> Adaptação do termo para inclusão de gênero, substituindo a palavra “homem” pela palavra “ser”, mantendo o sentido do trecho citado.

Parte-se da urgência em criar modelos de construção de conhecimento que surjam do território, da base, da formulação crítica e de estratégias populares de construção da cidade; em oposição ao aprendizado do urbanismo estático, alinhado aos padrões hegemônicos de produção socioespacial.

O projeto de extensão em questão percebe a necessidade de revisar a educação e o ensino, não só o ensino da arquitetura e do urbanismo, mas o ensino como um todo. A educação precisa ser revista porque o seu modelo atual atende ao projeto de sociedade existente hoje: reprodutor do *status quo*. Assim como a sociedade, a educação é hegemônica, elitista, racista e machista. O modelo educacional vigente consiste numa prática de passagem de informação que não pode ser entendido como lócus de produção de conhecimento, uma vez que não forma mentes para raciocínios críticos, mas formata pensamentos prontos alinhados aos valores predominantes: coloniais e patriarcais. Nos moldes capitalistas executa-se o urbanismo e realiza-se o planejamento urbano, nesses mesmos moldes, ensina-se o urbanismo, de forma engessada, destrutiva, alinhada aos valores da cidade neoliberal.

Precisa-se, portanto, de outros espaços e outras formas de produção de conhecimento para a construção de outra sociedade, diferente desta. Fortalecer os espaços de construção de conhecimento a partir das bases do território, da história, da memória e da identidade dos lugares é uma forma de inverter o caminho colonial hegemônico de constituição dos saberes. O conhecimento produzido no território e pelo território, que não seja o conhecimento produzido pelas elites intelectuais e financeiras, é o conhecimento autêntico e local. A partir destas premissas o projeto de extensão perdurou pelos anos de 2015 e 2016 finalizando com a construção do Museu das Remoções, entendido como uma experiência de luta revolucionária e de educação libertadora.

Da luta pela moradia digna, deste modo, ergue-se um museu popular situado epistemicamente no pensamento pós-abismal, que implica conceber a copresença radical como base para confrontar a ciência moderna com a

“ecologia dos saberes”<sup>11</sup>, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010). Teoria abalizada na combinação do conhecimento popular e científico para compreensão dos fenômenos sociopolíticos. O Museu das Remoções, que é a própria comunidade Vila Autódromo, articulado com outras favelas e com outras práticas museológicas comunitárias, apresenta-se como estratégia de luta radical pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, com ação no Brasil e mundo afora (Bogado, 2017 p. 44).

O Museu das Remoções nasce da necessidade coletiva da comunidade de comunicar as práticas cotidianas históricas da Vila Autódromo e de resgatar a relação imanente entre o território e a memória da comunidade (Bogado, 2017). A finalidade era denunciar o histórico de violência institucional, mas também das ações reativas travadas naquele território e, deste modo, confrontar o processo de aniquilamento levado a cabo pelas práticas da administração pública. Buscou-se um resgate, tanto em relação à estrutura física quanto subjetiva, que outrora constituíram a comunidade.

O Museu das Remoções é, assim, fruto do esforço coletivo de existir e de não esquecer; em contraposição à imposição violenta do esquecimento perpetrada pelas remoções. Para construí-lo foram planejadas três etapas (Bogado, 2017): na primeira etapa, foi idealizada a proposta do Museu em reuniões entre apoiadores e moradores; na segunda etapa, foram realizados diálogos e Oficinas de Memória, com a participação de alunos, moradores, ex-moradores e vizinhos. Esta fase incluiu atividades como rodas de leitura, oficinas de fotografia e reconhecimento do lugar, conduzidas pela comunidade e lideradas pelo morador Luiz. O museólogo e professor Mário Chagas, junto com moradores e apoiadores, orientou o resgate de escombros de fragmentos de equipamentos urbanos e edificações, que posteriormente foram incorporados ao acervo permanente do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Registros orais, fotográficos, audiovisuais e gráficos foram coletados, além da elaboração de um mapa da comunidade desenhado coletivamente com base nos relatos dos moradores, que foram incorporados ao acervo do Museu das Remoções.

<sup>11</sup> A ecologia dos saberes é o pensamento pós-abismal que pressupõe a ideia de uma diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento da existência da pluralidade de conhecimento além do conhecimento científico (Santos, 2010, p. 33).

A terceira etapa de construção do Museu das Remoções envolveu uma intervenção participativa no espaço público da comunidade. Estruturas artísticas foram criadas a partir do reaproveitamento de escombros e elementos representativos de locais e personagens da comunidade, formando um percurso de esculturas que reconectava o território à memória coletiva da comunidade. O Museu foi inaugurado em 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, contando com a presença de moradores, apoiadores e da imprensa independente. Na ocasião, o público conheceu as sete esculturas elaboradas no âmbito do projeto de extensão da universidade Anhanguera: *Vila de Todos os Santos*, em homenagem a uma casa religiosa existente na comunidade; *Penha de muitas faces*, escultura em homenagem à casa da Dona Maria da Penha Macena (Figura 4), mulher que na fase final influenciou significativamente os moradores a permanecerem na luta; *Suporte dos males*, escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento que rememora seu protagonismo da Dona Jane nas lutas sociais da Vila Autódromo; *Doce infância*, em homenagem ao Parquinho; *Espaço ocupa e Casa da Dona Conceição*, que faz referência aos Festivais Ocupa Vila Autódromo, O Espaço do *festival ocupa* estava ao lado da casa da Dona Conceição Queiroz, mulher com um papel acolhedor nos eventos culturais da comunidade, ela oferecia seu sofá para um descanso, seu banheiro e cozinha a comida das festas da comunidade.

FIGURA 4

Escultura do Museu das Remoções em homenagem à Casa da Dona Penha. Fotografia: Luiza de Andrade, 2016.



A escultura *A associação sou eu* foi uma homenagem à Associação dos Moradores da Vila Autódromo e faz alusão à campanha organizada pela comunidade quando ocorreu a demolição da Associação. *A Luz que não se apaga* é a única escultura que fez referência a uma edificação que não foi removida, a Igreja São José Operário, que acolheu circunstancialmente moradores que tiveram suas casas demolidas. A escultura possui elementos que simbolizam o acolhimento, como um ninho (Bogado, 2017, p. 292).

O Museu das Remoções resgata a materialidade e a memória das edificações suprimidas e as representa no território, em esculturas localadas no mesmo lugar onde as mesmas existiam antes da remoção. Essa primeira exposição foi um percurso de esculturas a céu aberto. Os moradores adotaram o lema “memória não se remove” como *slogan* do museu, para reafirmar que a remoção da Vila Autódromo não foi capaz de apagar a identidade, nem a existência e a memória do lugar, que são acessadas e comunicadas pelo percurso construído.

Nesse sentido, o Museu das Remoções promove o resgate da memória a partir da produção de uma memória presente constituída em função do acesso à história da comunidade, contada pelos próprios indivíduos, sobre eles mesmos e sobre sua comunidade. Este museu parte do ponto que a memória não deve ser vista como algo estático, um registro imutável do passado. Pelo contrário, é um processo dinâmico e contínuo, constantemente moldado pela interação entre passado e presente. Jacques Le Goff argumenta que a memória é uma construção social que varia com o tempo e o contexto, refletindo as mudanças na sociedade e as relações de poder (Le Goff, 1994). Por essa razão, a fundamentação na oralidade como base da construção do Museu das Remoções produz uma memória viva, constituída e atravessada dos/pelos diversos relatos, de indivíduos que falam do que viveram, da sua história e da sua comunidade. Ao contar a história, resgatam, complementam e ressignificam a memória local, por meio da construção de um museu vivo e dinâmico que é a própria comunidade.

O uso das memórias no Museu das Remoções sugere a reflexão sobre o propósito dessas memórias quando preservadas e comunicadas pela comunidade. Para isso, são essenciais as considerações de Maurice Halbwachs (1968) e Michael Pollak (1989). Halbwachs define memória coletiva como uma formulação que expressa as relações sociais e que se legitima através das

narrativas implementadas na história oficial. Para ele, a memória nacional se configura como a forma mais completa de memória coletiva. Por outro lado, o autor reconhece a pluralidade e complexidade das estruturas sociais e do conceito de “nação”, destacando a importância das memórias coletivas de minorias políticas, que ele chama de “indizíveis”, pois se contrapõem à memória nacional (*apud* Silva; Peixinho, 2021)

Assim, entende-se que as memórias preservadas e comunicadas no Museu das Remoções equivalem às memórias “indizíveis” descritas por Pollak (1989). Essas memórias buscam enquadrar os eventos das remoções no contexto em que ocorreram, criando uma narrativa popular que denuncia a produção da desigualdade e as violações promovidas pelo estado, além de afirmar a presença da Vila Autódromo na cidade. Entende-se, dessa forma, que a memória contada no Museu das Remoções trata de uma memória revolucionária, por constituir-se de baixo pra cima (*apud* Silva; Peixinho, 2021)

Na inauguração do Museu das Remoções foi realizada uma visita mediada pela moradora da comunidade Sandra Maria. O Museu apresentou-se como crítica contundente à dinâmica neoliberal e aos megaeventos; no mesmo dia o Conselho Internacional de Museus (Icom) comemorava o Dia Internacional dos Museus com o tema “Museus e Paisagens Culturais”. A inauguração do museu indicava como principal destruidor da paisagem cultural da comunidade o poder público, articulado com o grande capital imobiliário. Durante as Olimpíadas o Museu das Remoções teve papel expressivo, atraiu público nacional e internacional e comunicou a mensagem de que a Vila Autódromo e a sua memória não foram e não seriam removidas (Bogado, 2017).

A construção das esculturas foi o início do Museu das Remoções e a exposição de inauguração foi a concretização de mais uma ação de intervenção no espaço público realizada pelo projeto de extensão em curso. Entretanto, o Museu das Remoções não se restringe às esculturas, elas foram as sementes da luta político-afetiva constituídas para a preservação da memória das edificações suprimidas da Vila Autódromo. Muitas esculturas se perderam com o desencadear dos acontecimentos, visto que as remoções continuaram mesmo após a criação do museu. O Museu das Remoções permaneceu forte e atuante, com a missão de comunicar a história de luta

da Vila Autódromo e incentivar a resistência de comunidades que sofrem remoção (Bogado, 2017, p. 294). Constantemente incorporam-se novos apoiadores que contribuem para realização de atividades culturais, artísticas, sociais e políticas. Cabe ressaltar que a realização da intervenção territorial no espaço que sofre remoção vai de encontro aos propósitos hegemônicos pretendidos para determinado espaço, visto que frente à pretensão do poder público de apagamento do local, o museu cunhado no solo decalca na terra a memória social da comunidade removida. A partir deste episódio museal expõe-se a cicatriz da história que se pretendia suprimir e reconstrói-se a relação entre o espaço e a memória do lugar destruído pela política urbana municipal. Portanto, a criação do Museu das Remoções, no âmbito do processo de extensão universitário, representa o grito da exposição da violência do estado, que pretendia ser encoberta pela versão oficial do legado, veiculado pelas mídias oficiais sobre as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

A comunidade converteu-se em um museu a céu aberto. A Rua Vila Autódromo foi criada e as casas que permaneceram foram reconstruídas nesta rua e demolidas em seus locais originais a partir de um acordo judicial realizado entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a comunidade, mediado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Frente à resistência da comunidade, a prefeitura se viu obrigada a negociar e aceitar a permanência das vinte famílias restantes no local. Durante as Olimpíadas, a Rua Vila Autódromo, que conduzia os pedestres ao Parque Olímpico, transformou-se em um corredor com fotografias que retratavam a destruição e a história da comunidade, exibindo *banners* com dados sobre o número de famílias removidas para denunciar o violento impacto dos megaeventos esportivos na vida das famílias pobres. Essa exposição foi realizada pelo Museu das Remoções e pelo Comitê Popular Copa e Olimpíadas, ocupando o quintais das casas cedidos pelos moradores.

Em suas funções de preservação, comunicação e pesquisa, o Museu das Remoções almeja comunicar como era a vida da comunidade antes das remoções e responder criticamente à dinâmica de esquecimento imposta pelo Estado. Rodas de leitura, debates, intervenções no espaço público, exposições, exibição de vídeos, oficinas de fotografia, mesas-redondas, entrevistas, seminários, palestras, reconstrução e realocação das esculturas,

festivais, projetos culturais e muitas outras atividades de resistência artística são realizadas até os dias atuais com a missão de denunciar a violência na execução das remoções. As ações do Museu das Remoções contextualizam-se na luta pelo direito à cidade e buscam fortalecer cada vez mais os vínculos e perpetuar a história de luta e afeto da Vila Autódromo (Bogado, 2017, p. 294).

#### 4 O MUSEU DAS REMOÇÕES NA PANDEMIA

Durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021, o Museu das Remoções atuou exclusivamente de forma virtual, realizando vídeos e transmissões ao vivo com lideranças comunitárias de diversas comunidades brasileiras. Sob coordenação do professor Cristiano Guedes e da professora Diana Bogado iniciou-se um projeto de iniciação científica no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília que se ateve a transcrever todas as atividades do museu realizadas na pandemia e a publicar artigos sobre sua atuação virtual.

Foram realizados eventos públicos por meio de redes sociais do Museu de Remoções, *lives* transmitidas pelas contas do museu no Youtube e Instagram e outras ações realizadas no *site* do Museu. No âmbito do projeto foram transcritas e descritos ciclos de debates, rodas de conversa, exposições digitais, seminários, entre outras atividades. Na pandemia o museu também se comunicou com diferentes comunidades que passavam pela mesma situação, a fim de fortalecer a luta pelo direito à moradia e à cidade.

O acesso aos meios digitais possibilitou a interlocução mais direta com comunidades que sofrem remoção em diversas partes do Brasil e do mundo, assim como a possibilidade de realização de atividades culturais e a participação em eventos virtuais. Após a pandemia, o Museu das Remoções retomou suas atividades presenciais, tanto reuniões, como festas, eventos na comunidade e participação em eventos diversos, sem deixar de lado as práticas virtuais. O Museu permanece com atividades constantes de visita guiada, participação e realização em/de eventos culturais, acadêmicos, sociais e políticos, tendo como base a denúncia da política de remoções de favelas e o incentivo à resistência das comunidades nessa situação.

## 5 CONCLUSÃO

A construção do Rio de Janeiro olímpico implicou em reordenações territoriais de grandes dimensões, assinaladas pela política de remoções de favelas, como visto. A forma como foram realizadas as remoções incorreu em violação do direito à moradia digna, além de acentuação da segregação socioterritorial na cidade. Ressalta-se, ainda, que a prática de remoção foi intensificada no contexto dos megaeventos e foi retomada no período da pandemia de covid-19. A remoção da Vila Autódromo destruiu elementos materiais e subjetivos da comunidade.

Contudo, essas ações devastadoras foram contrapostas por rearticulações mais complexas e formas de resistência mais criativas e que abrangem campos da imaterialidade, da memória e da regeneração da dignidade dos indivíduos, além de outros aspectos simbólicos (Bogado, 2017, p. 315). Observa-se que a conquista de sua permanência e a construção do Museu das Remoções relacionam-se com a existência de fortes vínculos comunitários, constituídos no cotidiano de afeto e luta, que foram capazes de estabelecer enfrentamentos efetivos à progressiva violência institucional.

A luta da comunidade teve como experiência criativa e afetiva a construção de um museu que ao atuar em esferas políticas, subjetivas e simbólicas logrou sobrepor o valor de uso ao valor de troca. Encarregado, dentre outros aspectos, da recuperação emocional e moral da comunidade, a prática do museu fortalece a identidade e constitui um processo de autocohecimento e coesão social que contrapõe o fenômeno da “desposseção das cidades” perpetrada pela articulação do Estado com o mercado imobiliário, como descreve Garnier (2014).

A prática da oralidade que fundamenta a construção do Museu das Remoções acessa a história da comunidade e do local, resgata a memória da violência da remoção e a prática do cotidiano de produção e reprodução socioespacial vivida pelos moradores da Vila Autódromo, por isso é autêntica. A memória produzida através das oficinas baseadas na história oral, nos relatos dos próprios moradores sobre sua própria trajetória, é a base para a construção das esculturas representativas dos espaços simbólicos suprimidos que deram origem à primeira exposição do Museu das Remoções. A história e a memória contadas e produzidas pelos moradores no Museu das Remoções tratam da memória e da história do poder popular, porque

história é poder. Outras histórias e outras memórias podem ser contadas sobre as olimpíadas ou sobre a Vila Autódromo, mas serão sempre memórias e histórias externas, se não forem contadas pela própria comunidade.

O Museu das Remoções apresenta-se como um movimento revolucionário por atuar autonomamente contra o projeto hegemônico que mercantiliza as cidades (Miraftab, 2009), por apoiar comunidades que sofrem processo de remoção e destruição em diversas partes do mundo, sob uma gestão neoliberal.

Este museu grita por mudança; não se curva frente às ações de homogeneização do território urbano; e repete incessantemente que “memória não se remove”. Viva a Vila Autódromo, que permaneceu e não se cansa de lutar! Viva o Museu das Remoções, que é potência de vida! Erguido com a dignidade de cada moradora e cada morador que não se vendeu para o capital. Viva a conduta de cada Sandra, cada Penha, cada Maria, cada Iara, cada Luiz, cada Natália, cada Conceição, cada Jane, cada Alan, cada Lia, cada Luiza, Cada Diana, cada Taísa, cada Tainã, cada Dudu, cada Dani, cada Gleyce, cada Marianna, cada Barbara, cada Larissa, cada Pedro... cada uma e cada um que não arredou o pé da luta diante da violência do Estado, e esteve e está nos momentos mais bonitos e mais difíceis desta história presente, que transborda afeto e esperança.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. Olimpíadas servem para legitimar as remoções. *Brasil de Fato*. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/180406/%E2%80%9CColimp%C3%ADadas-servem-para-legitimar-as-remo%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D.htm>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BOGADO, Diana. *Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos*. (2017. 438p). Tese (Doutorado em Arquitetura) — Universidade de Sevilha, Sevilha, setembro de 2017.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.19, n. 19, p. 1-32, jun. 2002. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 17, n. 41, p. 9-22, jul. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/>

revistas/index.php/rcc/article/view/2592. Acesso em: 18 jul. 2024.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

CONSENTINO, Renato. *Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do Capital*. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Nelson. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). *Scripta Nova*, Barcelona, v.12, n. 270, p. 26-30, abr. 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-56.htm>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GARNIER, Jean Pierre. Marsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción masiva. *GeocritiQ*, Barcelona, n. 24, p. 1-3, jan. 2014. Disponível em: <https://periferiesurbanas.org/wp-content/uploads/2016/08/Marsella-2013.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GIANNELLA, Letícia. *Revirando o Porto Maravilha: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 108, p. 49-56, mar. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/8822>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MIRAFTAB, Faranak. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists Expanded Notion of Politics. *Wagadu*, n. 1, p. 1-7, dec. 2004. Disponível em <http://www.rrojasdatabank.info/neolibstate/miraftab.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PESTANA, Marco. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados 1957-1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Paris, v. 2, p. 3-15, jul. 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para descolonizar Occidente. Más Allá Del pensamiento abismal*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Diana Bogado Corrêa; PEIXINHO, Lia. Na luta pelo direito à moradia nasce o Museu das Remoções. *e-cadernos CES*, n. 36, 2021, 2 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.6745>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/6745>. Acesso em: 18 jul. 2024.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. *In*: ROJAS, Roberto (Org.). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: SALVAT, 1979. p. 8-21.

